



TERMO DE COMPROMISSO PARA AFASTAMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (PNDP)

Pelo presente termo, eu, _____, matrícula SIAPEnº _____, ocupante do cargo de _____, lotado(a) no(a) _____, ao afastar-me com o objetivo de realizar afastamento previsto na Resolução CONSEPE nº 5.867/2025, que regulamenta o afastamento de servidores docentes e técnico-administrativos da UFPA para fins de capacitação e desenvolvimento profissional, pelo período de ____/____/____ até ____/____/____, declaro ciência das disposições constantes na Lei nº 8.112/90, no Decreto nº 9.991/2019, na Instrução Normativa nº 21/2021 (Ministério da Economia e ENAP), na Resolução CONSEPE nº 5.867/2025 e nos demais normativos vigentes que regulamentam a concessão;

e especialmente DOU CIÊNCIA DE QUE:

1 – **Permanecerei no exercício de minhas atividades na UFPA até a publicação da Portaria de concessão do afastamento ou da licença**, respeitando rigorosamente a vigência registrada no ato, conforme Art. 29 do Decreto nº 9.991/19;

2 – Em caso afastamento ou licença superior a 30 (trinta) dias consecutivos, **serei dispensado(a) do cargo de direção ou função comissionada (CD, FG ou FCC) que eventualmente esteja exercendo**, a contar da data de início do afastamento ou licença, sendo a mesma regra aplicável caso perceba adicionais ocupacionais relacionados ao exercício de minhas atividades (adicional noturno, periculosidade, insalubridade ou penosidade), não incluindo retribuição por titulação, incentivo à qualificação e demais parcelas vinculadas à estrutura remuneratória básica do meu cargo, conforme art. 18, §1º, II do Decreto 9.991/2019;

3 – **Retornarei de imediato ao exercício de minhas atividades no dia útil posterior à data estabelecida para o término do afastamento ou da licença** e permanecerei na UFPA por tempo mínimo igual ao do afastamento, sob pena de ressarcimento de todas as despesas com meu aperfeiçoamento (incluída a remuneração percebida), desempenhando atividades no mesmo regime de trabalho em que se deu o afastamento, na forma do art. 47 da Lei nº 8.112/90;

5 – **Realizarei prestação de contas no prazo de até 30 (trinta) dias da data de retorno às atividades**, encaminhando à PROGEP os seguintes documentos:

- a) despacho de minha chefia declarando retorno ao exercício de minhas atividades na data prevista;
- b) Certificado ou documento equivalente que comprove a participação no(s) curso(s);
- c) relatório de atividades desenvolvidas; e
- d) cópia de meu trabalho de conclusão, monografia, dissertação, tese de doutorado, de livre-docência ou estágio pós-doutoral com assinatura do orientador (apenas nos casos de afastamento para fins de pós-graduação); conforme art. 30 da Instrução Normativa nº 21/2021 (Ministério da Economia e ENAP);

6 – Ressarcirei os gastos com meu afastamento à UFPA caso venha a abandonar ou não concluir a ação de desenvolvimento que ensejou meu afastamento ou licença, na forma da legislação vigente, salvo nas hipóteses de interrupção de ofício (no interesse da administração); ou por motivo de caso fortuito ou de força maior, condicionado à comprovação da efetiva



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAL

participação ou aproveitamento da ação no período transcorrido da data de início do afastamento até a data do pedido de interrupção, conforme art. 20, §1º, §2º e §3º do Decreto nº 9.991/2019;

7 – Estou ciente de que a justificativa e a comprovação da participação ou do aproveitamento dos dias de afastamento, nos casos de interrupção relacionados ao item anterior, serão avaliadas pela PROGEP, autoridade delegada pelo Reitor, conforme Decreto nº 9.991/19 (art. 20, § 2º);

8 – Solicitarei à minha unidade de lotação e à PROGEP o encerramento do afastamento caso a ação de desenvolvimento venha a ser concluída antes do término do período concedido;

9 – **Comprometo-me a acompanhar eventuais alterações de legislação e demais normas que ocorrerem durante o período de gozo**, adequando-me às determinações que não vierem a comprometer o direito adquirido.

Pela veracidade do exposto, firmo o presente.

Assinatura do declarante

Observação:

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), deve-se restringir o acesso a este documento por conter informações pessoais.